

## **QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

Para uma análise consistente sobre a relação entre “questão social” e serviço social é importante atentar para alguns aspectos: o primeiro se refere ao conhecimento que a interpretação do termo “questão social” não é homogênea, segundo Pastorini (2007), Iamamoto (2010) existem diferentes modos de analisar essa expressão das contradições resultantes da relação capital-trabalho.

Nesse sentido, podemos considerar a existência de interpretações parciais podendo ser até mesmo conservadoras e análises que buscam uma aproximação mais fiel possível da raiz da questão social. Marx, no capítulo XXIII do volume I de sua obra “O capital, para crítica da economia política”, demonstra a tendência do modo de produção capitalista criar riqueza através do trabalho e paralelamente a miséria da classe trabalhadora deixando à míngua milhares de trabalhadores.

O período que o autor analisa se concentra no início do processo de industrialização, para analisar os dias atuais, diante das mudanças tecnológicas e sociais da chamada indústria 4.0, são necessárias mediações teóricas e históricas, pois muitas transformações ocorreram no curso desses anos. Contudo, existem elementos do capitalismo, apontados por Marx que não foram superados, por isso a importância de sua clássica análise. O capitalismo não só não foi superado, como também sofisticou as suas formas de exploração.

O segundo aspecto, relacionado ao primeiro, se refere às consequências do modo analítico da “questão social” pelos profissionais de serviço social. A qualidade do trabalho profissional, entre outras coisas, depende da capacidade de desvendar a realidade social no seu movimento contraditório. Essa competência implica na vida dos sujeitos atendidos pelo serviço social. É essencial identificar os aspectos sociais presentes nas singularidades dos indivíduos que demandam os serviços para a condução das políticas, programas e projetos institucionais, evitando a individualização da questão social.

Assim, sugerimos que para pensar a “questão social” e suas diferentes formas de manifestação na sociedade capitalista atual, é necessário considerar a crise do capital iniciada no final da década de 1960 e início da década de 1970 nos países de capitalismo central e 1980 e 1990 no Brasil, sendo fortemente acirrada a partir de 2008, com a crise nos EUA e nos países da zona do Euro, tais como Grécia, Portugal e Espanha.

A partir da onda recessiva do capital ocorrida após os chamados “anos gloriosos”, os capitalistas buscam medidas de enfrentamento da crise na sua manifestação imediata, ou seja, criam mecanismos de adequação do capital diante de suas próprias contradições. Segundo Mézáros (2009), com essas medidas criam novas crises com impactos sociais, políticos e econômicos para todos, com maiores prejuízos para a classe trabalhadora, dependente da venda da sua força de trabalho para sobreviver.

No Brasil recente, podemos destacar no conjunto de medidas adotadas pelos representantes do capital e pelo Estado de modo articulado, as seguintes ações de cunho neoliberal: 1) redução dos investimentos estatais nas áreas de interesse social com intuito de criar de novos nichos de mercado a partir da venda de serviços que antes eram de atenção estatal, como exemplo saúde e educação; 2) redirecionamento do fundo público para interesses privados e pagamento da dívida pública; 3) incentivo a criação de organizações da chamada sociedade civil transferindo a responsabilidade estatal para indivíduos e instituições privadas, nem sempre sem fins lucrativos conforme avaliou Fontes (2010); 4) criação de diferentes estratégias de privatização dos serviços públicos nas áreas das políticas de seguridade social, expropriando direitos dos trabalhadores, como é o caso da contratação via OS's, com tendência a serem agravadas a partir do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, reformas trabalhistas e previdenciárias ocorridas nos governos de Michel Temer e aprofundadas no governo do presidente Jair Bolsonaro.

Se inicialmente nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, acontecia uma série de medidas de caráter reestruturador da produção, com inspiração na gestão Toyotista, principalmente, mas não exclusivamente nas empresas multinacionais e

nacionais de grande porte, atualmente o país se encontra diante da intensificação desse modo de gestão, com importantes recuos de conquistas sociais, com poucas perspectivas de reconfiguração em curto prazo. O quadro de desemprego não retrocedeu, conforme foi justificado pela reforma trabalhista, a informalidade de grande parte da classe trabalhadora engrossa a massa de futuros desamparados da previdência social e a saúde pública luta pela manutenção e garantia de seus orçamentos. Todos esses aspectos, que atingem diretamente a classe trabalhadora, de acordo com Fontes (2010) são formas de expropriação dos direitos, com consequências gravíssimas para a vida humana.

Todos esses fatores sumariados de modo pontual nesta introdução demonstra que as diferentes manifestações da questão social tendem a ser acirradas, sem uma intervenção sistemática e consistente do ponto de vista das políticas públicas estatais, como ocorreu no período pós II Guerra mundial nos países de capitalismo avançado, delineando no Brasil um quadro de barbárie social, já apontado por Netto (2012), sobretudo por não ter atingido patamares de proteção social como os países europeus e pelas políticas atuais políticas de segurança pública que tendem para o recrudescimento da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais instauradas em nosso país.

Apesar dessa ressalva sobre a importância de se realizar uma análise mais próxima da realidade possível, é necessário ter clareza que a tarefa de solucionar as expressões da questão social em suas diferentes manifestações não cabe exclusivamente aos assistentes sociais, trata-se de um projeto societário de superação do capitalismo.

Portanto, frente a esse quadro, podemos afirmar que os assistentes sociais encontram-se diante de aspectos dificultadores da realização do seu trabalho. Entre o desejo de realização de um bom trabalho, sua projeção e a real possibilidade de efetivação, existem inúmeras mediações a serem consideradas, mas apesar disso, é essencial ter consciência da importância da profissão, das reais possibilidades e limites existentes no exercício do trabalho para não menosprezar a indispensável contribuição social que é capaz de oferecer à classe trabalhadora na contradição de

ser também um trabalhador que depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver.

Nesta edição da revista Moitará, serão apresentados textos que nos levam a refletir sobre as condições atuais para o enfrentamento da Questão Social, a importância da análise crítica da sociedade capitalista e as possibilidades profissionais diante de um quadro adverso ao projeto de profissão que buscamos efetivar cotidianamente. Deste modo a Revista cumpre um importante papel somando-se aos demais esforços para a qualidade do trabalho profissional e para a resistência numa conjuntura de barbárie.

Professora Marcia Regina Botão Gomes